

AS ESCOLAS-FAMÍLIA AGRÍCOLAS E AGROEXTRATIVISTAS DO ESTADO DO AMAPÁ E SUA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

Ana Lúcia Cardoso do Nascimento

Secretaria de Estado da Educação – SEDUC
Assessoria Técnica da Pró-Reitoria de Ensino da Graduação da Universidade Federal do Pará
alcn@ufpa.br

Resumo

O presente artigo objetiva apresentar o trabalho desenvolvido pelas Escolas Famílias Agrícola e Agroextrativistas (EFAs) do Estado do Amapá, Brasil, e como sua proposta pedagógica se relaciona com a sociobiodiversidade da região Amazônica. O artigo é resultado da dissertação de mestrado intitulado “Escolas Família do estado do Amapá: práticas e significados” no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), UFPA, sob a orientação da Prof^a Dr^a Lúcia T. L. Simonian, defendida em Março de 2005. As EFAs são escolas que apresentam uma proposta pedagógica diferenciada e que busca respeitar a realidade do ambiente rural, sendo que em geral as escolas rurais convencionais não consideram as necessidades e vivência dos estudantes do meio rural. As EFAs tem seu surgimento a partir da iniciativa dos próprios trabalhadores rurais, com o apoio da Igreja Católica. A opção metodológica adotada para a realização do estudo fundou-se no enfoque interdisciplinar, na medida em que o objeto de estudo precisa ser discutido a partir da contribuição de várias áreas do conhecimento, envolvendo aspectos sociais, educacionais, políticos, econômicos, que descortinados favorecerão a compreensão da proposta educativa em análise. Em termos operacionais a pesquisa foi desenvolvida junto as EFA obedecendo aos seguintes procedimentos metodológicos: Pesquisa bibliográfica – fundamentação teórica da pesquisa e apreensão qualificada do objeto de estudo, envolvendo leitura, análise e sistematização de indicações bibliográficas referentes ao tema do estudo; Pesquisa documental – programas, projetos, relatórios, instrumentos pedagógicos adotados pelas EFA; Estudo de casos múltiplos. As conclusões que se pode retirar de um trabalho com o caráter das EFAs é o seu grande potencial para o desenvolvimento de uma educação de qualidade para uma clientela que por si só possuem uma vontade e compromisso de construir uma melhoria na sua qualidade de vida. A busca



da sustentabilidade ainda é incipiente dentro da realidade trabalhada, quando se considera a sustentabilidade dentro do viés econômico e com possibilidades do aproveitamento dos recursos naturais de maneira eficiente, mas se houvesse um investimento maior elas teriam condições de produzir.

Palavras-chave: Escola-família; Educação rural; Meio ambiente.

Abstract

This article aims to present the work done by Agricultural and Agroextractive Family Schools (Escolas Família Agrícola e Agroextrativistas – EFAs) from Amapá State, in Brazil, and how their pedagogical proposal relates to environmental sociobiodiversity of Amazon region. The current abstract is a result of the master's dissertation titled "Escolas Família do estado do Amapá: práticas e significados" – Family Schools in the State of Amapá: practices and meanings, at Amazon Center for Advanced Studies (NAEA), at UFPA, under the guidance of Prof.^a D. T. L. Simonian, discussed in March 2005. The EFAs are schools that have a customized educational proposal that seeks to respect the reality of rural environment, since the general conventional rural schools do not consider the needs and experiences of students in rural areas. The EFAs has its emergence from the peasants' own initiative, supported by the Catholic Church. The methodology adopted for the study, founded in the interdisciplinary approach, since that the object of study must be discussed from the contribution of various knowledge fields, involving social, educational, political, economic aspects, which pointed out later, helps the understanding of the educational proposal under consideration. In operational terms the search was developed with the EFAs according to the following methodological procedures: Research literature – theoretical foundation of search and qualified seizure of object of study, concerning to reading, analysis and systematization of bibliographic information on the subject of study; Search documentary – programs, projects, reports, teaching instruments adopted by the EFA; Study of multiple cases. The conclusions we can draw from a job with the character of EFAs is that it has great potential for the development of education quality for a public that by themselves have desire and commitment to build an improvement in their quality of life. The quest for sustainability is still incipient worked within the reality, when considering the sustainability within the bias and with possibilities of economic exploitation of natural resources efficiently, but if there was a greater investment they would have better conditions to produce.



Keywords: Family school; Rural education; Environment.

Introdução

Este trabalho tem o objetivo de apresentar o fazer pedagógico das Escolas-Famílias Agrícolas e Agroextrativistas (EFAs) no que se refere a implementação da proposta e sua relação com o meio ambiente visando a melhoria da qualidade de vida das populações onde as escolas estão localizadas. Trata das EFAs do estado do Amapá, vistas como alternativa de educação no meio rural com potencialidade de contribuir com o desenvolvimento rural do estado. Este estudo foi realizado em quatro escolas: EFA do Pacui (EFAP), localizada no distrito de São Joaquim do Pacui, município de Macapá; EFA da Perimetral Norte (EFAPEN), localizada na comunidade de Cachorrinho, município Pedra Branca do Amapari; EFAEX do Carvão (EFAC), localizada no distrito de Carvão e EFAEX do Maracá (EFAEXMA), na vila de Maracá, ambas no município de Mazagão.

O Estado do Amapá: Alguns Dados

O estado do Amapá, parte integrante da grandeza natural e humana que compõe a região amazônica, ocupa uma área de 143.453 Km², correspondente a 1,6% do Brasil e a 3,6% da região norte, localizando-se no extremo norte do país. Faz parte de dois grandes domínios geográficos: o amazônico e o oceânico, o que lhe atribui características muito particulares em termos de formação e estruturação de seus ambientes naturais, constituindo-se em um estado com grandes riquezas naturais:

“com uma grande diversidade de ecossistemas em um nível adequado de conservação, baixa densidade populacional, alta potencialidade de recursos minerais e pesqueiros, vastas áreas de biodiversidade intactas, cenários de grande beleza natural e acesso estratégico aos mercados internacionais. Outro fator interessante é que o estado não possuindo ligação rodoviária com o restante do país foi favorecido no seu estado de conservação.” (Programa, documento preliminar, 1995).

Cabe destacar que este vem sendo modificado com o processo de intenso desmatamento no estado, sobretudo nas regiões mais férteis dos municípios de Laranjal de Jari e Mazagão (sul do estado) e ao norte do estado, nos municípios do



Amapá, Calçoene até o Oiapoque, para fins agrícolas e expansão da agropecuária (Santana, 1997, p. 9). Esta é uma realidade que se acentua.

O Plano de reestruturação do serviço de extensão rural no Amapá¹ (2003, p. 13-14) apresenta uma descrição do estado do Amapá, no que se refere ao setor agrícola onde são demonstrados os principais problemas neste setor no estado, assim como outros fatores que impedem o seu desenvolvimento rural. De acordo com o documento, dentre outros os problemas são:

- O setor primário da economia no estado do Amapá ocupa importância secundária, com a atividade baseando na exploração dos recursos naturais e na agricultura de subsistência.
- O crescimento populacional verificado nestes últimos anos, principalmente nos municípios de Macapá e Santana, causado, dentre outros fatores, pela migração, tem levado a uma importação cada vez maior de produtos alimentares.
- A situação de infra-estruturas econômica e social na zona rural do Estado ainda é bastante carente. As precárias condições de tráfego nas estradas e vicinais que dão acesso às unidades produtivas, dificultam e encarecem o escoamento da produção e a comercialização, respectivamente.
- Quanto ao aspecto social, de maior relevância neste contexto de desenvolvimento rural, se observa que muitas famílias continuam sem acesso à educação, saúde, habitação, saneamento, segurança, documentação cívica e serviços básicos, principalmente, de água tratada e comunicação.
- Associado à estas situações infra-estruturais concorrem as de natureza conjunturais. O Estado, pela condição de não apresentar reservas naturais de fertilizantes, torna-se um potencial importador daqueles insumos, oportunizando a abertura de lojas de revenda de diversos produtos agropecuários que, ao incorporarem os encargos tributários, fomentam a elevação dos custos de produção, inibindo o investimento em tecnologia e à competitividade.
- A mecanização agrícola é outro requisito importante na produção agrícola,

¹ O que segue é uma síntese dos pontos principais desse documento.



onde não disponibilizamos de equipamentos adequados e suficientes para atender à demanda dos produtores;

- Ainda com relação a este cenário agrícola, tendo como fato às ocorrências de pragas e doenças de origem animal e vegetal de importância econômica, ao estado se decretou barreiras de vigilância e controle sanitário, gerando um impedimento de produção *in natura* com vistas ao mercado externo e a atração de grandes investidores.
- A biodiversidade nos diferentes ecossistemas, ainda bastante intacta e preservada, reserva à exploração de produtos que interessam às indústrias alimentares, de fármacos, moveleiros, naval, cosméticos, têxteis, dentre outras.
- O conhecimento das populações tradicionais sobre o uso múltiplo de suas propriedades, associado ao conhecimento científico, pode gerar o domínio de patentes.
- O fantástico paisagismo que a natureza incumbiu-se de arquitetar e as manifestações históricas e culturais de nosso povo tornam-se geradoras de emprego e renda com a exploração do turismo.

Ao longo de sua história, esse estado acumulou experiências negativas na busca pelo desenvolvimento regional, desde sua criação como Território Federal do Amapá, em 1943, seja com objetivos de natureza estratégica e geopolítica para a garantia da soberania brasileira sobre uma área de fronteira do país; seja com mecanismo de viabilidade do desenvolvimento regional. Tais políticas tiveram como meta a implantação de uma ocupação dirigida, ideário que norteou a história de povoamento da Amazônia.

A busca pelo desenvolvimento econômico sem a consideração da dimensão ecológica e social resultou na instalação de dois grandes empreendimentos: o projeto Jari, para exploração de recursos minerais, produção agropecuária e silvicultura, destacada resumidamente acima. O outro tipo de desenvolvimento foi a exploração do manganês na Serra do Navio, fins dos anos de 1940, também já retratado neste trabalho. Explorado pela empresa ICOMI, que posteriormente se associa a Bethlehem Steel, com previsão de exploração do mineral para até 2003, mas que devido ao nível de produção em larga escala chegou até 1999. Ambos não conseguiram contribuir para o desenvolvimento do estado e a melhoria na qualidade de vida da população,



pelo contrário apenas sugaram os recursos naturais renováveis e não renováveis disponíveis neste território, ficando em seu lugar uma imensa cratera no ambiente físico e uma imensa dívida social a ser quitada com esta população.

Ambos os projetos tiveram, como seria inevitável, a implantação de *companies towns*, Monte Dourado/Munguba e Serra do Navio, respectivamente. Tais “modelos de disposição urbana” conta com toda a infra-estrutura necessária para atender aos trabalhadores do projeto, por outro lado no entorno deste espaço localizam-se os bolsões de miséria formados pelos excluídos deste processo de crescimento econômico.

Dentro desta discussão de desenvolvimento pensado sob a ótica da implantação de grandes projetos, Arnt (1994, p. 8-9) contribui destacando que estes “[...] projetos de desenvolvimento geram divisas, internalizam tecnologias e estabelecem relações sociais mais modernas que as prevalentes”. E é através deste discurso que eles são introduzidos na região.

A extração mineral do ouro também compõe a economia do estado do Amapá. A garimpagem era manual e passou a ser industrial a partir de 1983. Em 1987 e 1991 o ouro foi o minério que se destacou. Exportando em dólares e aumentando a receita amapaense das exportações, período que corresponde ao da garimpagem industrial da Mineração Novo Astro S. A., na comunidade de São Lourenço (Calçoene), que encerrou suas atividades em 1995 quando do esgotamento da mina. Outra empresa que atuou na região foi a Mineração Yukio Yoshidome S. A., em Labourrie (Calçoene) em 1989 e finalizando em 1992. O encerramento deve-se também as dívidas trabalhistas da empresa junto aos seus empregados, por falta de pagamento de salário e condições de trabalho. A empresa Mineração Água Boa, situa-se na divisa dos municípios de Mazagão e Pedra Branca do Amapari, cuja história relaciona-se às pesquisas de levantamento do cromo pela ICOMI no início da década de 1980. Extrai ouro do rio Vila Nova desde 1992 e possui lavra a céu aberto (Porto, 2003, p. 138; Mathis, et al. 1997).

A atuação, no setor industrial, da empresa Champion Papel e Celulose Ltda., compradora do patrimônio da Amapá Florestal e Celulose S. A. (AMCEL), em 1996, tem sido:

“bastante criticado no que se refere a intenção da plantação de mais de 100 mil hectares de eucaliptos nas áreas de cerrado do Amapá. Tal objetivo tem sido



alvo de críticas por representantes governamentais, seja para defender o uso da terra no incentivo à agricultura local e manter a população no campo, seja nas discussões sobre os impactos ambientais dessa cultura no Estado.” (Porto, 2003, p. 135)

A plantação de eucaliptos é quase a única visão paisagística que se apresenta ao longo da BR 156, fixada nos cerrados dos municípios de Macapá, Porto Grande e Pedra Branca do Amapari. Os prejuízos ambientais desta plantação já começam a se apresentar na perda dos mananciais de água desta região. Como consequência constata-se a seca dos rios às proximidades da EFAPEN, em época de grande estiagem que vai de julho a dezembro, de acordo com depoimentos de alguns alunos, monitores e moradores locais. Estudos comprovam que este tipo de vegetação tem o poder de aos poucos suprimir os lençóis freáticos que estão às proximidades da plantação.

A transformação do Território em estado da federação em 1989, não trouxe grandes mudanças. O descaso dos governantes continuou, assim como as práticas políticas de caráter clientelista, através da troca de favores entre a classe política concedendo emprego e benefícios outros apenas aos “amigos”. Uma consequência mais recente refere-se à implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) em 1991, o que implicou em maior número de migrantes, na sua maioria oriunda do nordeste do país, sem que a capital, Macapá tivesse infra-estrutura suficiente para receber esta demanda, gerando assim o aumento da violência, um falso progresso e a intensificação da exclusão social.

A análise acima realizada pode ser ilustrada quando se apresenta a população do estado. De acordo com a estimativa do IBGE (2000) o número de habitantes do estado é de 475.843 habitantes, destes, 302.914 residem em Macapá e Santana. Essa constatação da maioria da população do estado estar concentrada em áreas urbanas representa uma problemática do ponto de vista de implementação de políticas públicas, como educação, saúde, habitação, saneamento uma vez que esta se torna reduzida ou ausente para a população. Cabe destacar que apesar desse crescimento o estado apresenta uma das menores densidades populacionais do Brasil, de aproximadamente 1,92 habitante por quilômetros quadrados.

Os problemas ambientais são muitos nesse estado, apesar de publicações (Amapá, 2002, p. 6) afirmar que o mesmo tem a maior parte do território coberto de vegetação nativa. Dentre eles, tem-se os relacionados a superexploração de



determinadas espécies madeireiras, garimpagem e mineração, pecuária bubalina extensiva, exploração indiscriminada de palmito de açaí, extensão territorial da silvicultura baseados em espécies exógenas, caça e pesca predatórias e intensificação da agricultura itinerante.

Com o governo de João Alberto Capiberibe, foi implantado o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA) com duas diretrizes gerais, que para Porto (2003, p. 145) seria a maior agregação de valor aos produtos naturais do estado e esforço para que a atividade econômica respeite a biodiversidade, evitando a depredação. Apesar do discurso da sustentabilidade e da mudança no perfil do governante do estado, político vinculado a um partido de esquerda, o estado não sofreu alterações na sua infra-estrutura e na economia. Permanecendo dependente dos gêneros alimentícios de outros estados, e sem condições de garantir a sustentabilidade propalada. Há que se destacar, no entanto, a valorização às atividades e ao modo de vida das populações tradicionais, índios, negros, seringueiros, etc.

Quanto a educação ocorreu uma ampliação na oferta de educação para a população colocando quase 96% das crianças na escola. Houve a preocupação com a promoção de uma educação para a sustentabilidade com a criação da Escola Bosque cujo objetivo era capacitar o homem da região conhecer e explorar o meio ambiente de maneira racional e sustentável, mas que em gestões posteriores, inclusive a atual administração estadual, conforme reportagem (De Volta ao Abandono, 2004, p. 15) resultou em uma experiência fracassada e abandonada pelo poder público.

A educação escolar indígena também recebeu atenção por parte do PDSA com a criação de um programa de educação para esta população com ênfase no respeito e manutenção de sua diversidade lingüística e cultural. Esta incluía qualificação de professores índios e não-índios e a tentativa da construção de uma prática pedagógica que buscasse recuperar a memória histórica destes povos.

De acordo com Porto (2003, p. 147) os resultados conquistados com o PDSA foram:

“a) a parceria com micro e pequenos empreendedores, associações e cooperativas, viabilizando o beneficiamento da coleta de produtos da floresta, agregando valor ao produto, gerando emprego e renda através da introdução de tecnologia; b) a busca pela qualificação e divulgação dos produtos amapaenses



em encontros, seminários, cursos de capacitação e participação de eventos em outros estados e países; c) exploração e comercialização de recursos naturais pela Reserva Extrativista do Cajari, pela Reserva de Desenvolvimento Sustentável do rio Iratapuru (RDSI) e pelo Mercado dos Produtos da Floresta, bem como pela comercialização de mobiliário feito com madeiras das florestas amapaenses em escalas local e internacional.”

Ainda são poucos estudos que tratem de resultados deste programa de governo sob a perspectiva da sustentabilidade. Mas o que é possível perceber é que diante do que se propunha foi também incipiente o estabelecimento de uma cultura que garantisse uma maior agregação de valor aos recursos naturais do estado.

Historicamente sabe-se da tradição de governabilidade autoritária presente no estado do Amapá, e que orientou a política de planejamento e desenvolvimento regional no estado, o PDSA apresenta-se enquanto projeto inovador ao romper com esta política anterior e tentar dar um salto no sentido de buscar um modelo de gestão pautada na participação popular e o respeito à biodiversidade regional.

As Escolas Famílias Agrícolas: Objetivos e Importância para Educação no Meio Rural

O presente trabalho buscou a realização de estudos acerca das experiências das EFAs do estado do Amapá, sob a perspectiva de percebê-las como alternativa de educação no meio rural com potencialidade de contribuir para o desenvolvimento do estado. As discussões para a construção da proposta dessas escolas originam-se nas lutas travadas pelos agricultores que, partindo da análise de sua realidade, verificaram que as escolas rurais convencionais não atendiam aos seus interesses e que, portanto, a proposta das EFA poderia se constituir em alternativa para a busca da melhoria e solução dos problemas educacionais da população do ambiente rural. O estudo de experiências educativas que se pautam de acordo com as especificidades culturais e necessidades econômicas das populações rurais são de grande relevância para a proposição de uma educação que resgate as peculiaridades desta realidade.

As EFA, em seu trabalho com a pedagogia da alternância, podem se constituir em alternativa de educação rural diferente das escolas rurais convencionais, por estimularem ações associativistas nas comunidades envolvidas, e o fortalecimento de seu capital social, através de práticas de solidariedade e cooperação. Essa pedagogia



alia os conhecimentos formais escolares aos conhecimentos da família do agricultor, contribuindo para o fortalecimento do trabalho com agricultura, pecuária, extrativismo, piscicultura, e enriquecimento de suas experiências de vida e trabalho. É esta contribuição que fará com que a escola desempenhe sua função social transformando-se em espaço de valorização das práticas sócio-culturais e econômicas, visando a melhoria de vida da comunidade, podendo contribuir para a conquista do desenvolvimento local sustentável.

A Pedagogia da Alternância de acordo com Silva (2000), *apud* Nascimento (2005, p. 127-128):

“Esta prática seria efetivada através do exercício da sessão familiar e escolar, o aluno passaria 15 dias, no caso das EFA, na escola e 15 na propriedade familiar. A construção do primeiro ‘approche’ da PA possibilitou a realização de uma verdadeira integração entre o mundo vivido dos jovens, concentrando-se na idéia de que o conhecimento deve partir da realidade vivida pelos alunos. Definida esta filosofia, parte-se para a criação de instrumentos pedagógicos que permitiriam ao conjunto dos monitores, e às famílias, a implementação de uma verdadeira alternância: Caderno de Propriedade (CP), complementado pela visitas às propriedades ou visitas de estudo. O conteúdo geral das disciplinas deve utilizar os CP como fonte documental, sua implementação exige a criação de um questionário chamado de Plano de Estudo (PE), que representa um apelo à imaginação dos jovens, na medida em que eles desenvolvem uma reflexão sobre a sua realidade vivida. Ao retornarem das visitas ou das suas propriedades fazem a Colocação em Comum (CC), a socialização das descobertas e das apreciações gerais das visitas, iniciando a discussão e debates com os monitores. Esses instrumentos oportunizam a relação do saber construído face ao saber adquirido, assim como a valorização do que acontece na realidade dos alunos.”

O diferencial na construção das EFAs é que elas se originam das discussões realizadas pelos agricultores, que partindo da análise de sua realidade verificaram que as escolas rurais convencionais não atendiam aos seus interesses, e que a proposta das EFAs poderia ser o caminho para uma educação de qualidade no meio rural, na medida em que esta considera os problemas e a realidade vivida pelos agricultores e suas formas de buscar melhorar sua qualidade de vida.



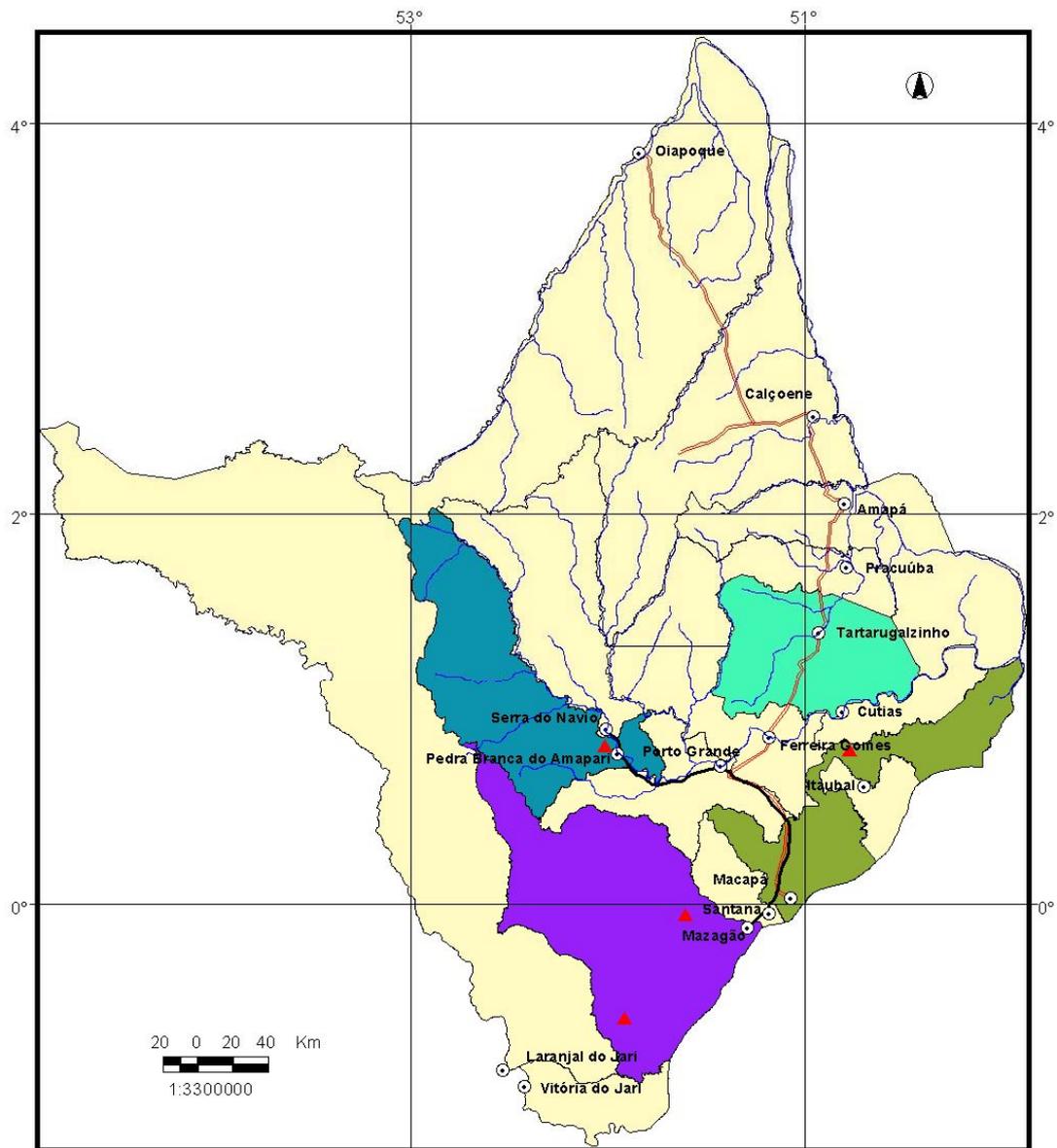
O estudo de experiências educativas que apontam para a possibilidade da realização da educação rural de acordo com as especificidades culturais e necessidades econômicas das populações rurais pode ser de grande relevância para a garantia de uma educação que resgate a especificidade desta realidade, e em se tratando da região onde se localizam, a Amazônica, a importância do resgate desta especificidade se faz mais importante, haja vista a grandiosidade das riquezas de sua biodiversidade e cultura local. E dentro de tal proposta pedagógica a discussão ambiental é permanentemente trazida a destaque, tratada independentemente do planejamento escolar enquanto transversalidade nata devido estar intrínseca as realidades das EFAs.

“A EFA surgiu pra ajudar os agricultores, porque ela é um tipo de escola que ela não só ensina os alunos a aprender em sala de aula, ela ensina em sala de aula e em prática também; então ela surgiu pra ajudar os alunos, pra ter conhecimento e prática, colocar em prática e ajudar as famílias pra que ele possa trabalhar mesmo de verdade não deixar sua atividade de agricultor que é o que nós somos hoje.” (Aluna)

No estado do Amapá atualmente, já totalizam cinco EFA, conforme citado acima: a EFA Pacuí, EFAPEN, a EFAC e a , a do Carvão, a do Maracá e a da Colônia do Cedro conforme localização na figura 1.

Esta análise propõe o pensar sobre o lugar da política e sobre a política democrática no sentido de se deslocar o foco analítico, situando a problemática em termos da crise de legitimação do Estado. Nessa direção, Sola (1999, p. 29-30) ressalta três dimensões desta crise: a crise de legitimação de tipo de Estado capitalista periférico, incompleto e internamente desigual no que se refere aos níveis de desenvolvimento e de diversificação estrutural; a crise de estado como efetividade da lei, a sua incapacidade de exercer sua autoridade política, de modo a garantir a efetividade da lei, universal e equitativamente, por todo o território; e a crise de legitimação do estado nacional, que se relaciona à perda do poder político dos estados nacionais sob a ótica das relações entre Estado e sociedade, a partir do impacto da globalização.

Figura 1 – Mapa do Estado do Amapá



Legenda

- | | | | |
|---|------------------|---|--------------------------|
| ⊙ | Sede municipal | ■ | Mazagão |
| ⚡ | E.F. do Amapá | ■ | Macapá |
| ⚡ | Br-210 | ■ | Tartarugalzinho |
| ⚡ | Drenagem | ■ | Pedra Branca |
| □ | Limite municipal | ▲ | Pontos coletados por GPS |

Fonte : Cartografias diversas
Elaborado por Ramos, C.R./LAENA/NAE/UFPa/2005

O espaço de realização deste estudo, a zona rural do estado do Amapá, é o reflexo da primeira dimensão em que uma das interpretações que existe deste espaço



é que o:

“firmar-se do campo ocorre exclusivamente a partir da cidade, considerando urbano o território no qual a cidade está fisicamente assentada e rural o que se apreende fora deste limite. No bojo desse pensamento, os camponeses são apreendidos, antes de tudo, como os executores da parte rural da economia urbana, sem autonomia e projeto próprio, negando-se a sua condição de sujeito individual ou coletivo autônomo. [...] O que é possível concluir pelo esvaziamento do rural como espaço de referência no processo de constituição de identidades, desfocando-se a hipótese de um projeto de desenvolvimento apoiado, entre outros, na perspectiva de uma educação escolar para o campo.” (Brasil. Diretrizes, 2001, p. 24).

Esse tipo de concepção facilita as desigualdades regionais fazendo com que ocorra uma disparidade do ponto de vista econômico, social, cultural e político entre as regiões. Gerando uma crise macro e micro estrutural, a qual se manifesta em grandes concentrações de renda por parte de uma minoria e em níveis de pobreza extrema por uma maioria.

As Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996, 1971, 1961) citadas deixam transparecer nas suas perspectivas filosóficas e diretrizes funcionais uma relação intrincada com a busca por um crescimento econômico. No entanto, constata-se que o que existe na lei pouco se evidencia na prática escolar, haja vista a precária contribuição que a educação brasileira vem dispensando ao desenvolvimento econômico deste país. Precisamente, isto vem ocorrendo quanto à qualificação de mão-de-obra, ou ao desenvolvimento de uma educação de qualidade que indique para uma formação cidadã da população.

A necessidade de estudos sobre experiências educacionais que apontem para as perspectivas acima citadas impõe-nos o estudo da política educacional no meio rural do estado do Amapá, mais especificamente a trajetória das EFA, vinculadas à Rede das Associações das Escolas Famílias Agrícolas e Agroextrativistas do Amapá (RAEFAP), uma entidade civil sem fins lucrativos, de caráter educativo, cultural e social.

A experiência educacional das EFA assim como das Casas Familiares Rurais (CFR) outra perspectiva educacional para o meio rural que adota a Pedagogia da Alternância, como já foi registrado anteriormente surge em virtude da ausência de uma



educação dirigida aos interesses e/ou necessidades da população rural. A educação vivenciada por esta parcela da população esteve historicamente alheia à sua realidade, proporcionando assim deficiências acentuadas na formação dos alunos. Observa-se a ausência de compromisso do poder público quanto à educação rural, percebível na precária estrutura física dos prédios escolares e professores com formação leiga, em alguns casos com dificuldades de exercer a profissão.

As EFA e sua Rede de associações no estado do Amapá têm como princípio a Pedagogia da Alternância e surgem pela iniciativa do movimento social rural, por meio de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Amapá (SINTRA). A Pedagogia da Alternância desenvolve-se em decorrência de vivências entre a escola, a família e a comunidade, propondo a integração entre teoria e prática e a interação entre homem e meio-ambiente, buscando também a promoção das relações humanas, ambientais e econômicas. O respeito à diferenças de credo, raça, sexo, idade e concepção política, preservando as características amazônicas são partes da proposta de um modelo de desenvolvimento que este tipo de pedagogia apresenta, propondo tecnologia para a agropecuária, extrativismo e agroturismo, valorizando as potencialidades da biodiversidade do estado.

O Meio Ambiente na Proposta Pedagógica das EFAs

A considerar a variedade da biodiversidade nos espaços geográficos onde as EFAs localizam-se a inserção da dimensão ambiental no currículo escolar apresenta-se enquanto uma exigência no trabalho das mesmas, uma vez que ao se pensar sobre alternativas de modelos de desenvolvimento para o meio rural, isso impõe o repensar da gestão dos recursos naturais da região, ou seja em buscar-se alternativas outras de manejo desses recursos. No entanto, o que se percebe é que “são limitados os avanços na discussão em torno da presença humana em *habitats* essenciais para a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade” (Simonian, 2000, p. 17). A contribuição da escola é no sentido de formar profissionais qualificados para responder a estas demandas e assim ter condições de requalificar sua realidade. A escola desempenha sua função social quando se transforma em espaço de valorização das práticas sócio-culturais e econômicas, visando à melhoria de vida da comunidade, contribuindo, assim, para o desenvolvimento local integrado e sustentável.

A considerar a variedade da biodiversidade regional a adoção de uma



perspectiva educacional com este caráter é grande importância, uma vez que seus instrumentos metodológicos são no sentido de facilitar a interação entre escola-comunidade-meio ambiente.

A educação vivenciada pela população do meio rural sempre esteve desconectada de sua realidade, obedecendo ao modelo da educação urbanizada, que não refletem os seus interesses e desafios propostos pela própria realidade. E em se tratando do trabalho com as questões ambientais torna-se mais raro ainda, muito embora estas escolas localizem-se em áreas com laboratórios naturais para a inserção destas discussões. O resultado é o grande desconhecimento desta população quanto ao tratamento dos recursos naturais, muito embora apresentem soluções para algumas situações de vida no que se refere ao aspecto da produção ou da valorização da biodiversidade. E, por outro lado, em algumas situações sem condições de promover um desenvolvimento eficaz de suas propriedades, no entanto sabe-se que “as populações tradicionais são as que vivem em íntima relação com o ambiente e que, apesar de disporem de uma tecnologia simples, conseguem não apenas sobreviver dos recursos naturais disponíveis, mas desenvolver toda uma cultura no mais das vezes de uma complexidade ímpar e que inclui estratégias de conservação” (Simonian, 2004).

Na pesquisa realizada foi possível identificar temas ambientais compondo os conteúdos curriculares dos alunos, tais como: água, defensivos agrícolas, sustentabilidade da região, medicina alternativa, alimentação alternativo, conservação do solo, populações tradicionais e o uso dos recursos naturais, parques, reservas e comunidade de conservação, pequenos projetos sustentáveis, manejo florestal, desenvolvimento sustentável comunitário, qualidade ambiental, etc. A partir destes temas realizam-se amplas discussões sobre os temas junto a família e comunidade, posteriormente retorna-se a escola para o confronto do conhecimento empírico com o conhecimento científico.

“O conhecimento adquirido na escola foi de como trabalhar com hortaliças, a gente aprende e leva pra família e comunidade como aprendeu; ensinam como a comunidade e a família deve garantir a preservação do meio ambiente onde a gente vive. Antes meu pai não sabia os cuidados que deveria ter pra iniciar uma criação, hoje já sabe como cuidar do porco, galinha, plantio de cupuaçu e já tenho capacidade de melhorar a realidade. Sempre tento repassar o que aprendo na escola, muitos entendem a importância e põem em prática e outros não, mas



nós como aluno faz a nossa parte incentivando a família e a comunidade mostrando o que é melhor. Fico feliz em demonstrar o que sei pra outras pessoas.” (Aluno da EFAC e ex-aluno da EFAEXMA)

O respeito à diversidade em educação é algo essencial para a garantia de um processo educativo onde se garanta a confrontação de diferentes pontos de vista sobre o outro, o que implica no respeito com os sujeitos envolvidos no processo educativo, não os vendo como seres homogêneos, mas singulares nas suas diferenças individuais. As EFAs ao trabalhar com diversos atores oriundos de diferentes espaços geográficos pode garantir a disseminação e a congregação dos diversificados saberes locais, podendo se constituir na mobilização das forças vivas da comunidade com a valorização de outras competências que não as estritamente escolares. Dessa forma a EFA pode servir de espaço para a transmissão desta biossociodiversidade.

Os alunos, principalmente os que têm uma vivência maior com o trabalho das EFA, ou seja, estudam desde a 5ª do ensino fundamental, elaboram com presteza a diferença entre a EFA e a escola rural convencional:

“A busca da sustentabilidade estamos tentando através do consórcio de plantas, levando o solo improdutivo a ficar produtivo; a EFA tem uma visão que mostra isso, o caminho seria as comunidades sustentáveis, se colocando em prática. O aluno trabalha no sentido de convencer o produtor, com jogo de cintura, cativar para que ele possa adotar certa técnica.” (Aluna)

“É a saída para o Estado e as famílias a busca da sustentabilidade, mas para isso é preciso planejamento das atividades que é deficiente. Há a ausência de técnicas especializadas para trabalhar a terra, os agricultores acham que sabem, mas não sabem tudo, e ainda tem a deficiência de assistência técnica e conhecimento das áreas.” (Aluno)

Estes depoimentos são a demonstração de que está havendo uma mudança, uma alteração na maneira de pensar e agir dos alunos envolvidos neste projeto pedagógico, eles são capazes de formular as diferenças entre a EFA e a escolas rural convencional e identificar os limites das ações de intervenções, as falhas do poder público quanto a não cobertura de suas políticas da população rural. Outra questão destacada neste depoimento é a valorização ao conhecimento, que se constitui em um dos princípios da educação ambiental, não podemos defender algo que não



conhecemos, é necessário conhecer os mecanismos de funcionamento dos sistemas naturais para que possamos ter condições de intervir sobre os mesmos.

Considerações Finais

As conclusões que se pode retirar de um trabalho com o caráter das EFAs é que tem grande potencial para o desenvolvimento de uma educação de qualidade para uma clientela que por si só possuem uma vontade e compromisso de construir uma melhoria na sua qualidade de vida. A busca da sustentabilidade ainda é incipiente dentro da realidade trabalhada, quando se considera a sustentabilidade dentro do viés econômico e com possibilidades do aproveitamento dos recursos naturais de maneira eficiente, mas se houvesse um investimento maior elas teriam condições de produzir.

As EFAs sozinhas não podem garantir o desenvolvimento rural pretendido, os fatores que impedem isso são diversos: a precária situação sócio-econômica em que vive a população rural, em alguns casos situações de pobreza extrema, a mercê de políticas públicas compromissadas com o desenvolvimento de uma educação adequada para esta parcela da população. Outro aspecto a ser destacado diz respeito à dificuldade das famílias apropriarem-se de técnicas agrícolas, no caso da escola prover ao aluno, pois não contam com condições estruturais básicas para que isso ocorra.

Quanto a consciência ambiental por parte dos alunos evidencia-se uma preocupação com a prática de uma agricultura orgânica, de ações que não prejudique o meio ambiente, assim como a divulgação e socialização desses conhecimentos para a comunidade:

“A escola tem trabalhado isso aí também para conscientizar. De como nós atingimos a natureza, ou não, as queimadas... Todas essas coisas nós vimos aqui pra quando nós sairmos daqui lá nós conversarmos com a nossa família dizendo pra eles como devem fazer como tão agredindo a natureza ou não e quanto tão agredindo. Então nós temos esse trabalho aqui.” (Aluno)

É inquestionável a importância do trabalho que vem sendo desenvolvido pelas EFA no Amapá e no mundo. As experiências apontam que esse modelo de educação pode implicar em mudanças estruturais no meio rural, mas que elas sozinhas não conseguem responder e nem devem pelas demandas de saneamento básico, saúde, educação, assistência técnica, habitação dentre outras deste meio. Os resultados nas



unidades produtivas a qual pertencem os alunos das EFA ainda são pequenos, mas podem se tornar grandes, e isso foram detectados nos depoimentos de alguns alunos entrevistados. O processo educacional ocorre desta forma lenta, gradativa, por isso é um processo de construção sistemática, mas consistente e com grandes possibilidades de alcançar êxitos consideráveis para as comunidades beneficiadas.

Referência Bibliográfica

- Amapá (2002). *Macrodiagnóstico do estado do Amapá: primeira aproximação do Zoneamento Econômico e Ecológico/Equipe técnica do ZEE – AP*. Macapá: Instituto de pesquisas científicas e tecnológicas do estado do Amapá.
- Brasil. Constituição (1824, 1891, 1934, 1937, 1946). *Constituições da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF.
- Brasil (2001). Ministério da Educação. Câmara de educação básica do Conselho Nacional de Educação. Parecer n.º 36/2001. *Diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo*.
- Berger, P. L. (1985). *A construção social da realidade: tratado do conhecimento*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Demo, P. (2001). *Pesquisa: princípio científico e educativo*. São Paulo: Cortez, Autores Associados.
- Escolas-Família param por falta de dinheiro. (2004, 25 Set.). *Folha do Amapá*, Macapá, p. 1.
- Mathis, A. et al. (1997). *Riqueza volátil: a mineração de ouro na Amazônia*. Belém: Ed. CEJUP.
- Nascimento, A. L. C. (2005). *Escolas-família agrícola e agroextrativista do estado do Amapá: práticas e significados*. Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.
- Porto, J. L. R. (2003). *Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943-2000*. Macapá: SETEC.
- RAEFAP (2002). *Movimento Escolas-Família: realidade educacional no meio rural do Amapá*. Macapá: Rede das Escolas-Família do Amapá.
- Silva, L. H. (2000). *As representações sociais da relação educativa Escola-família no universo das experiências brasileiras de formação em alternância*. Tese de Doutorado em Psicologia da Educação. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica.



- Simonian, L. T. L. (2000). Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas se reserva na Amazônia Brasileira. In M. C. Coelho, L. T. L. Simonian, & N. Fenzl (Orgs.), *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: Cejup, UFPA-NAEA.
- Simonian, L. T. L. (2004). *Relações de trabalho e de gênero nos balatais da Amazônia brasileira*. Comunicação apresentada no *Colóquio Internacional Culturas de la Amazônia*, Havana, (Casa de Iãs Américas).
- Sola, L. (1999). Reformas do Estado para qual democracia? O lugar da política. In L. C. B. Pereira, J. Wilhelm, & L. Sola (Orgs.), *Sociedade e Estado em transformação* (p. 23-65). São Paulo: UNESP.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.
- Wilhelm, J. (1999). Por que reformar as instituições? In L. C. B. Pereira, J. Wilhelm, & L. Sola (Orgs.), *Sociedade e Estado em transformação* (p. 23-65). São Paulo: UNESP.